

Brasília: tábula rasa e memória

GUILHERME WISNIK¹

Abstract: Built in exactly 3 years and 17 days², Brasília was inaugurated on April 21st, 1960, crowning the development policy of President Juscelino Kubitschek. However, the project to move the capital of Brazil to a new city, to be built in the country's uninhabited interior, the central plateau, dates back to distant times. The main buildings in Brasilia were designed by Oscar Niemeyer, an architect who had designed and built the Pampulha complex for Kubitschek between 1940 and 43, in Belo Horizonte. And the urban masterplan was designed by Lucio Costa, winner of a national design competition. Its proposal is based on the demarcation of the territory in two crossed axes in a right angle, alluding to the sign of the cross as the historical gesture of the conquest of an empty territory. In his short description of the idea presented to the judging commission in 1957, Costa recognizes very well the exceptional and somewhat immature aspect of the proposal, since Brasilia would not result from a previous planning of the region, still nonexistent. In his words, "the liberation of access to the competition has, in a sense, reduced the consultation to what really matters, that is, to the urban conception of the city itself, because this will not be a consequence of regional planning, but its origin. The foundation of the city is what will give rise to the further development of the region. It is a deliberate act of possession, of a pathfinder gesture, like in the colonial tradition."³

Key words: Brasília, Oscar Niemeyer, Lucio Costa, New Capital Town, superblocks.

Antecedentes históricos

A inauguração de Brasília em 1960 é o corolário de um longo processo histórico, que remonta a mais de duzentos anos. Segundo o historiador francês Laurent Vidal,⁴ que levantou e analisou todo esse

1. Guilherme Wisnik: Professor, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e crítico de arte; email: gwisnik@gmail.com.

2. Período compreendido entre a instalação da Divisão de Urbanismo da Novacap, em 5 de abril de 1957, e a inauguração oficial da cidade, em 21 de abril de 1960. Algumas obras isoladas de edificação, bem como o aeroporto (estratégico para a construção da própria cidade), já haviam sido iniciadas antes de abril de 1957.

3. COSTA 1995, p. 283.

4. Laurent Vidal, *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Brasília: Editora da UnB, 2009, pp. 17-18. Além do livro de Vidal, a vasta documentação sobre essa história progressiva se encontra registrada nos três tomos de Antecedentes históricos, organizados pelo serviço de documentação da presidência da República em 1960. Ver Presidência da República, Serviço de Documentação (ed.), *Antecedentes históricos*. Rio de Janeiro: Coleção Brasília (I-III), 1960, 3 v., 1: 1549-1896; 2: 1896-1945; 3: 1945-56.

percurso, podemos contar ao menos seis diferentes momentos na história do país em que o projeto de construção de uma nova capital apareceu com força, canalizando anseios de unidade e integração nacional. Trata-se, em resumo, de seis diferentes cidades, sendo as cinco primeiras hipotéticas e a última real. São elas as seguintes: Nova Lisboa, no contexto da mudança da corte portuguesa para o Brasil (1808-21); Cidade Pedrália, no momento da independência do país (1821-24); Imperatória, no período do Império (1839-78); Tiradentes, com o advento da República (1889-95); Vera Cruz, sob o governo de Getúlio Vargas e o Estado Novo (1930-55); e finalmente Brasília, na gestão de Juscelino Kubitschek (1956-60).

Em todo esse processo, a opção pela interiorização da nova capital aparece impulsionada por uma soma difusa de fatores, em que se cruzam, em linhas gerais, motivações de ordens tanto visionárias quanto pragmáticas. No primeiro grupo, podemos elencar a busca simbólica do “paraíso terreal” associado à mitologia do Novo Mundo e à ocupação de territórios edênicos junto às nascentes dos grandes rios do continente. E, ainda, o impulso épico de uma nova “Marcha para o Oeste”, reforçando a vocação bandeirista de construção da unidade nacional. No segundo grupo, encontramos desde a preocupação inicial com uma maior segurança do Estado contra ataques marítimos até o projeto civilizatório técnico-positivista de uma maior integração territorial do país, baseado no desenvolvimento do interior deprimido e despovoado. Somem-se a isso, evidentemente, o ímpeto rodoviarista de Kubitschek e a tradicional estratégia política de afastar a sede do poder dos centros mais intensos da vida nacional, tornando-os menos vulneráveis a manifestações de descontentamento popular. Como se sabe desde Versalhes, a “acrópole no deserto” é o refúgio ideal para a vida autossuficiente da corte principesca, embora esse isolamento nem sempre seja uma garantia de que os desmandos do poder não terminem em guilhotina.

Ao contrário do que pode parecer hoje olhando-se em retrospecto, a construção de Brasília, em seu momento, não representou um sonho tão extravagante ou impossível. Pois além dos exemplos mais longínquos de capitais criadas a partir do zero, como São Petersburgo (1703), na Rússia, e Washington (1792), nos Estados Unidos, outras referências mais próximas no tempo indicavam uma certa naturalidade para a empreitada, tais como as novas capitais da Austrália (Camberra, 1911) e da Índia (Nova Délhi, 1912), além das brasileiras Belo Horizonte (1894) e Goiânia (1933), capitais dos estados de Minas

Gerais e Goiás, respectivamente. Contudo, é certamente Chandigarh (1951), a nova capital do Punjab, na Índia, o modelo mais evidente para Brasília. Projetada por Le Corbusier, Pierre Jeanneret, Jane Drew e Maxwell Fry para uma população prevista de 500 mil habitantes (a mesma de Brasília), a cidade indiana criava um imediato precedente de viabilidade e respaldo – ainda mais se considerarmos a coincidência de propósitos entre os projetos ideológicos de Nehru e de Juscelino no que tange à concepção da modernização técnica como instrumento de regeneração dos arcaísmos locais.

Voltando aos seus antecedentes históricos, é com a primeira Constituição republicana brasileira, em 1891, que se intensificam as medidas para realizar o tão longamente acalentado sonho da mudança da capital, tornando-a um preceito legal. Com isso, uma comissão chefiada pelo engenheiro e astrônomo belga Luís Cruls é designada para demarcar uma área no planalto central, que já coincide com o sítio da cidade atual. No chamado “Relatório Cruls”, finalizado em 1894, assim como em outros textos, o engenheiro observa que, ao contrário do clima “úmido, quente e palustre”, favorável ao desenvolvimento da malária, de grande parte do litoral brasileiro, as terras altas do interior apresentavam “exuberante fertilidade, salubridade proverbial”, extensas planícies sem interrupções importantes, rios navegáveis, abundância de “excelente água potável em curso permanente”, madeiras para a construção civil e minerais preciosos, e que a elevação dos terrenos determinava “um menor grau de secura atmosférica e uma temperatura mais fresca do que à primeira vista se poderia supor, em face da sua latitude geográfica».⁵

O passo seguinte foi dado no centenário de Independência, em 7 de setembro de 1922, quando uma pedra fundamental da nova capital foi lançada, em atendimento a um decreto do presidente Epitácio Pessoa. Em seguida, as Constituições de 1934 e 37, embora mantivessem a diretriz de 1891, não desencadearam nenhuma iniciativa no sentido da mudança efetiva da capital. Em 1946, porém, o presidente Eurico Gaspar Dutra dá continuidade ao processo criando a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, cujo relatório mantém a localização fixada pela chamada “Missão Cruls” e a amplia. Entre 1953 e 55, a Comissão de Localização da Nova Capital Federal realiza, entre outros estudos adicionais, um importante levantamento

5. MENDES 1960, pp. 37-38.

aerofotogramétrico da região, submetido à consultoria da renomada empresa americana Donald J. Belcher and Associates, que selecionou cinco sítios possíveis no interior da área, possibilitando a escolha final do local, pela mesma comissão, em abril de 1955. Portanto, quando assume o poder em 1956, estabelecendo a mudança da capital como objetivo prioritário de seu governo, Juscelino Kubitschek encontra atrás de si uma longa história de desejos e medidas legais amparando a sua meta.

O plano piloto de Lucio Costa

Concebida a partir do zero como um evento *ex novo*, a Brasília de Lucio Costa mantém, no entanto, uma relação ambígua com a “tradição” colonial brasileira. Se, por um lado, não parecem sobreviver em seus desenhos quaisquer traços formais que aludam à configuração histórica dos sítios urbanos luso-brasileiros, é possível identificar, por outro, no partido de implantação do projeto, uma proposital sobrevivência da experiência colonial, retomada então como procedimento. Sintomaticamente, como vimos, seu memorial parte da constatação de que um projeto daquele porte, e naquelas circunstâncias, só poderia realizar-se como “um ato deliberado de posse”, um “gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial”⁶. Em outras palavras, Lucio Costa ao mesmo tempo que retoma o «gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz», insiste em não reproduzir repertórios formais tradicionais, históricos, chegando inclusive a negá-los em grande medida. Pois, em suas palavras, «o plano piloto de Brasília não se propôs visões prospectivas de esperanto tecnológico, tampouco resultou de promiscuidade urbanística, ou de elaborada e falsa ‘espontaneidade’».⁷

Não podemos nos esquecer, no entanto, que se Lucio Costa é o pai fundador da arquitetura moderna no Brasil, ele é também o criador do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional.⁸ Portanto, é exatamente a busca de uma articulação entre modernidade e tradição que move toda a sua obra arquitetônica e escrita. Contudo, essa tentativa de articulação, sempre reiterada em seus projetos de edifícios, parece dissolver-se na escala e no programa do projeto urbano, onde as referências mais diretas e literais ao passado, ligadas a um afeto íntimo e material pela

6. COSTA 1995, op. cit., p. 283.

7. COSTA 1987, p. 122.

8. WISNIK 2001, pp. 26-31.

colônia, parecem dar lugar a uma atitude afirmativamente moderna e desenraizada.

Porém, é forçoso reconhecer que dentre os projetos premiados no concurso para o plano piloto de Brasília, a proposta de Lucio Costa é, seguramente, a que carrega mais elementos próximos a uma visão “tradicional”.⁹ O que não significa ser uma proposta conservadora, mas, ao contrário, aquela que contém uma leitura mais ampla e aprofundada de um determinado modo de vida inerente à cultura urbana brasileira. Cultura esta que, no caso, interessava ao arquiteto preservar. Vem daí, portanto, a definição precisa de uma “escala residencial” circunscrevendo o convívio íntimo e, em grande medida, autossuficiente, das superquadras. E também, de maneira equivalente, tanto a delimitação de uma densa arborização no perímetro destas superquadras, configurando-as com o caráter mais segregado de “pátios internos urbanos”, quanto a determinação de um gabarito uniforme e baixo para os edifícios ali situados, com o intuito de restabelecer em ambiente moderno, como enfatiza Lucio Costa, uma “escala humana mais próxima da nossa vida doméstica e familiar tradicional”.¹⁰

Essa noção de familiaridade associada à delimitação de um conjunto repetido de edificações – aquilo que Costa chamou de “padrão comum da receita única” –, estava ancorado na memória da “pureza distante de Diamantina”, com suas casas geminadas e uniformes. Aqui, convém lembrar que foi o impacto diante da enorme riqueza contida na uniformidade da arquitetura civil de Diamantina, durante a viagem que fez às cidades históricas mineiras em 1924, um dos principais fatores que fizeram Lucio Costa atentar para o “caráter postiço” do estilo neocolonial no Brasil, dando-lhe a chave para a percepção de que a verdadeira arquitetura colonial era “austera” e “desataviada”, com uma nudez estrutural que se assemelhava na verdade aos princípios estéticos e morais da arquitetura moderna.

Assim, retomando o fio do argumento, pode-se dizer que a operação mais importante realizada por Lucio Costa em Brasília consiste em conceder qualidades morfológicas próprias e singulares a cada uma das diferentes “escalas” de uso do espaço na cidade.¹¹ E, nesse sentido, assumir a configuração estrutural do seu desenho pela desejada articulação entre as noções de *urbs* e de *civitas*. Isto é, definindo Brasília tanto como

9. BRAGA 2010.

10. COSTA 1987, p. 118.

11. GOROVITZ 1985.

um agrupamento urbano comum, lugar de moradia, trabalho e lazer, quanto como o núcleo da coletividade civil republicana, capital política do país. Assim, a cidade define-se através de uma dicotomia simbólico-espacial fundante: a vida privada, espaço do convívio familiar e da existência individual, está resguardada na intimidade das superquadras, enquanto a vida pública, lugar das manifestações políticas e coletivas, está exposta aos espaços imensos, cuja expressão é dada por edifícios-monumento que se recortam nitidamente na linha infinita do horizonte.

Em um debate com Arthur Korn, Denys Lasdun e Peter Smithson, ainda durante a construção de Brasília, Lucio Costa deixa clara a imagem de cidade que ele deseja criar: «I want to see the minimum of houses. I want to forget – they are six storeys – not very high. There are houses, but they are a background, the second temple. The main view is simply road with trees all around. [...] Even if the residential area extends 6 km it is almost as if you are out of town when you leave the centre».¹²

Nesse sentido, a comparação direta com dois outros projetos de destaque apresentados ao concurso – nomeadamente as propostas das equipes dos irmãos Roberto e de Rino Levi, que dividiram o terceiro e quarto lugares – revela claramente o sentido de algumas opções feitas por Costa. Tomando-se esses dois casos emblemáticos, temos expostas situações que, apesar de opostas, se aproximam pelo fato de terem eleito apenas uma das “escalas” de uso para definir o desenho do conjunto. Inspirados no modelo das “cidades-jardim” de Ebenezer Howard, os irmãos Roberto renegaram veementemente qualquer sentido de monumentalidade associado à idéia de capital, propondo a descentralização da cidade em uma federação de sete “unidades urbanas” circulares e organizadas em torno a um *core* central, rigorosamente equivalentes em tamanho e importância.

Já na proposta entregue pela equipe de Rino Levi, por outro lado, não parece sobreviver qualquer intenção de se resguardar uma sociabilidade privada e familiar em espaços íntimos e segregados. Ao contrário, os seus edifícios habitacionais são lâminas em estrutura metálica (“superblocos”) com 300 metros de altura, dispostos de modo defasado, e em grupos de três unidades, sempre com a mesma orientação em relação ao sol. Predomina, nesse caso, a idéia de que a vida na cidade está concentrada verticalmente, e portanto são os

12. COSTA 1958, pp. 439-440.

próprios edifícios residenciais, e não os públicos, que definem o caráter eminentemente monumental da cidade. No primeiro caso, toda a cidade foi reduzida à escala do convívio íntimo, no segundo foi inteiramente exposta à imagem exterior de uma monumentalidade privada.

No projeto de Lucio Costa, diferentemente, é a alternância abrupta entre as duas escalas que define a vivência cotidiana do morador de Brasília. E a existência simultânea e independente desses dois “mundos”, digamos assim, é assegurada permanentemente pela presença constante da natureza. Por exemplo, além do papel fundamental desempenhado pelo espesso “cinturão verde” que emoldura as superquadras, isolando-as do eixo de circulação principal da cidade, uma vegetação densa aparece também sugerida para as áreas situadas abaixo do terrapleno que define a Praça dos Três Poderes. Nas palavras de Costa, “massas compactas de araucária”, deveriam ser planatadas ali “para que seu verde-escuro sirva de fundo e valorize o branco dos palácios”.¹³

Nesse particular uso que o arquiteto faz da natureza, expondo sempre um contraste bem marcado entre “a nitidez, a simetria, a disciplina da arquitetura”, e “a imprecisão, a assimetria, o imprevisto da vegetação”,¹⁴ saltam imediatamente aos olhos os traços de sua formação inglesa, que, aliás, são também diretamente referidos por Costa como uma das reminiscências mais importantes resgatadas no projeto de Brasília: os imensos gramados ingleses da infância, e o *Mall*, reinterpretado no Eixo Monumental.

Por isso é que surge, em Brasília, uma “escala” que ele chama de “bucólica”. Sintomaticamente, enquanto os outros dois projetos citados buscam uma proximidade com as margens do Lago Paranoá, procurando fazer com que os espaços da cidade usufruam do contato com a água, Lucio Costa afasta deliberadamente todo o núcleo urbano em relação a ele, subtraindo à cidade o contato direto com o único elemento remanescente de uma natureza local *in natura*.¹⁵ Sobre esse aspecto, declara o seguinte: «evitou-se a localização dos bairros na orla da lagoa, a fim de preservá-la intacta, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades de toda a população urbana». ¹⁶ Sua orla é mantida, portanto, com uma feição bucólica.

13. COSTA 1987, p. 118.

14. COSTA 1995, op. cit., p. 99.

15. O Lago Paranoá, embora seja efetivamente artificial, funciona paisagisticamente como um autêntico elemento natural.

16. COSTA 1995, p. 294.

Por fim, a outra referência histórica mais evidente no projeto de Brasília é a filiação intelectual francesa, “a lembrança de Paris”, como escreve Costa, com seus eixos “clássico-barrocos”. Nesse sentido é que a Praça dos Três Poderes, de acordo com a sua intenção, está vocacionada a ser “a Versalhes do Povo”.¹⁷ Quer dizer, há em seu projeto um evidente diálogo com essa tradição, que inclui a Reforma de Paris feita por Haussmann em meados do século XIX, mas centra-se sobretudo no projeto de Versalhes, de André LeNôtre, Louis Le Vau e Charles Le Brun (século XVII), com seu eixo que se abre em triângulo, tendo o edifício principal do conjunto como ponto focal.

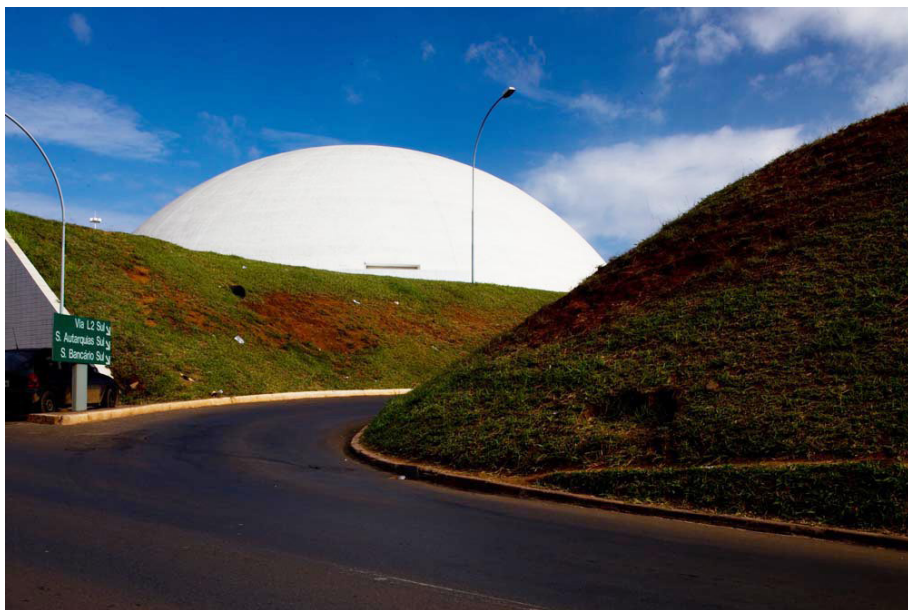
Vincent Scully, em um belo ensaio em que trata das transformações históricas sofridas pela relação entre construção humana e cenário natural na cultura ocidental, observa que os jardins de LeNôtre em Versalhes e Vaux-le-Vicomte encerram um longo período histórico em que a construção procurava mimetizar a natureza – a “montanha sagrada” das pirâmides pré-colombianas e mesopotâmicas – ou tensioná-la por contraste – os templos gregos. Depois de Versalhes, com seus “*parterres* rasos”, ressalta Scully, Luís XIV construiu o retrato de uma nova nação: «centralizada, com suas novas vias diretas e canais longos, e acima de tudo em escala continental, estendo-se, nos termos de Descartes, indefinidamente além do horizonte».¹⁸

No planalto central latino-americano, em meados do século XX, o governo republicano e desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek edificou, a seu modo, a sua própria imagem. Coube a Lucio Costa, o arquiteto brasileiro mais erudito do século, dar-lhe forma urbana. Apartada da natureza, a “sua” Brasília ao mesmo tempo que prolongou um modo “tradicional” de lidar com o território no Brasil, inventou os meios de se pensar uma nova natureza construída. Nas palavras de Costa: «Ao contrário das cidades que se conformam e se ajustam à paisagem, no cerrado deserto e de encontro a um céu imenso, como em pleno mar, *a cidade criou a paisagem*».¹⁹

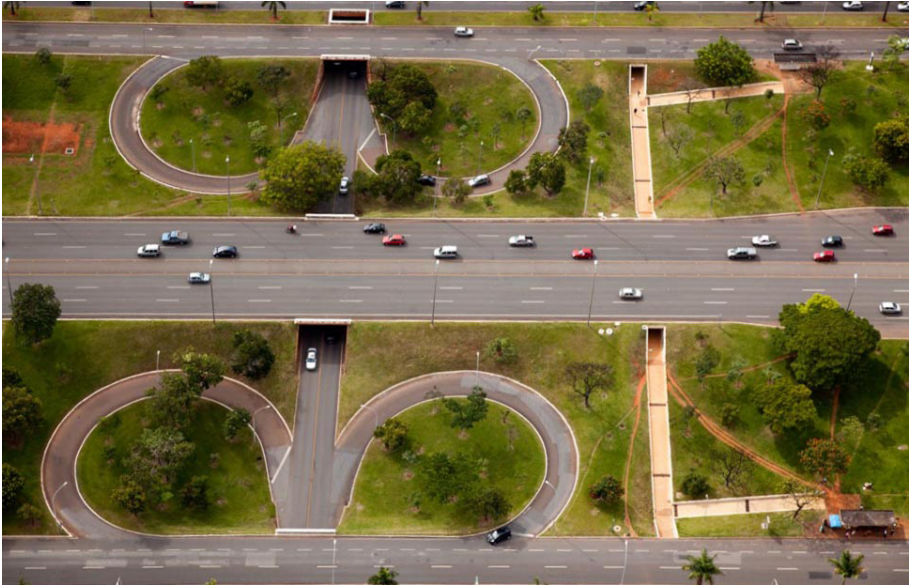
17. COSTA 1995, p. 282.

18. Vincent Scully Jr., *Architecture: the natural and the manmade*, in Stuart Wrede, William Howard Adams, *Denatured visions – landscape and culture in the twentieth century*. New York: MoMA, 1991, p. 16.

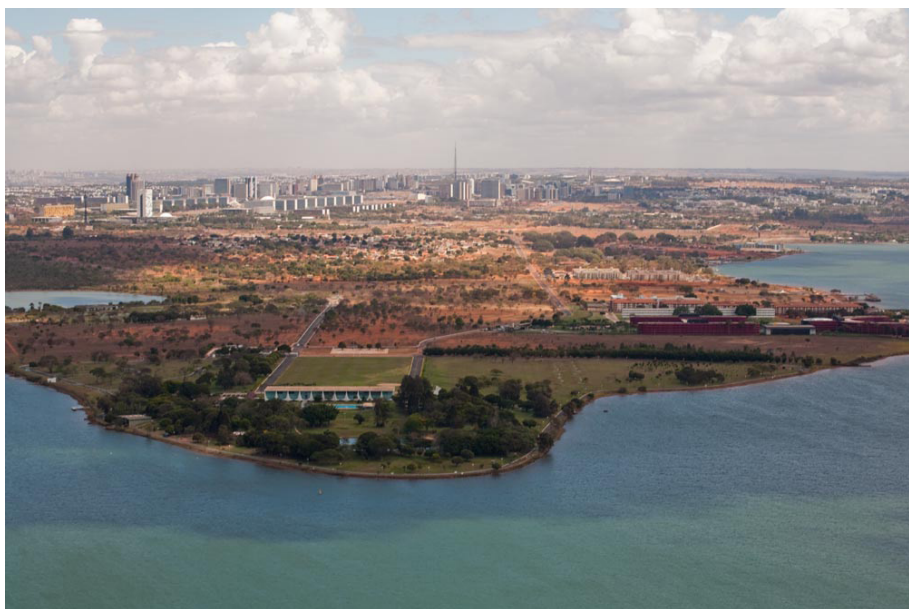
19. COSTA 1995, p. 303.



Courtesy by Nelson Kon fotografias - <http://www.nelsonkon.com.br>



Courtesy by Nelson Kon fotografias - <http://www.nelsonkon.com.br>



Courtesy by Nelson Kon fotografias - <http://www.nelsonkon.com.br>

Bibliography

BRAGA 2010

Milton Braga, *O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital*, Cosac Naify, 2010.

COSTA 1958

Lucio Costa, *Capital cities*, "Architectural Design" November 1958, pp. 439-440.

COSTA 1995

Lucio Costa, *Ingredientes da concepção urbanística de Brasília*, In "Registro de uma Vivência". Brasília: UnB, 1995, p. 282. 1995.

COSTA 1987

Lucio Costa, *Brasília revisitada; 1985/1987*, Publicado na revista Projeto de jun. 1987, p. 118.

GOROVITZ 1985

Matheus Gorovitz, *Brasília: uma questão de escala*. São Paulo: Editora Projeto, 1985.

MENDES 1960

Horácio Mendes, "Brasília e seus antecedentes", in *Brasília n. 40*. Novacap, 1960, pp. 37-38.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA 1960

Presidência da República, Serviço de Documentação (ed.), *Antecedentes históricos*. Rio de Janeiro: Coleção Brasília (I-III), 1960, 3 v., 1: 1549-1896; 2: 1896-1945; 3: 1945-56.

SCULLY 1991

Vincent Scully Jr., *Architecture: the natural and the manmade*, in Stuart Wrede and William Howard Adams, *Denatured visions – landscape and culture in the twentieth century*, MoMA, 1991, p. 16.

VIDAL 2009

Laurent Vidal, *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Brasília: Editora da UnB, 2009, pp. 17-18.

WISNIK 2001

Guilherme Wisnik, *Lucio Costa: entre o empenho e a reserva*, in Guilherme Wisnik, *Lucio Costa*, Cosac Naify, 2001, pp. 26-31.